

FORMAÇÃO DA LÍNGUA LITERÁRIA BRASILEIRA: SÉCULO XIX

Ângela Vaz Leão

Uma das preocupações dos povos colonizados ao atingirem certo grau de civilização é a da afirmação de sua identidade cultural. Em outras palavras: a inquietação sobre a especificidade do modo-de-ser nacional, assim como o esforço para vincar cada vez mais os traços culturais peculiares, são indícios de que uma consciência de povo começa a surgir ou a desenvolver-se. Sabe-se que as primeiras reações desse longo processo de auto-conhecimento e de auto-afirmação podem redundar numa crise, à semelhança do que ocorre na adolescência dos indivíduos. A cultura receptora rejeita os padrões da cultura doadora, empenhando-se em acentuar diferenças de comportamentos e de valores, e alardeando, às vezes, uma ruptura total com suas matrizes. Entretanto, não é raro que as diferenças de fato existentes resultem de transformações mais ou menos superficiais, que não chegam a comprometer uma unidade essencial profunda.

Na maioria dos casos concretos, a língua tem sido um dos domínios culturais mais atingidos por essa necessidade de afirmação nacional. Nada mais compreensível: como instituição social que torna possível o exercício da faculdade da linguagem, a língua é um fenômeno de cultura; mas, por suas características específicas, ela se distingue de todos os outros produtos culturais, sejam materiais como os artefatos, sejam mentais ou espirituais como as leis e as crenças. Meio pelo qual a cultura se expressa e transmite, a língua representa a sua síntese e a sua condição de sobrevivência: é instrumento e produto, a um tempo. Daí que o problema da identidade lingüística assumia uma posição de relevo, no centro mesmo das preocupações dos povos colonizados, quando se acham no limiar da independência política ou na fase de sua consolidação. É evidente que situações diversas podem configurar-se, em função dos diferentes tipos de relação existentes não só entre o povo dominado e o poder central, mas também entre as respectivas línguas: que se pense, por exemplo, no problema lingüístico do País Basco e da Catalunha, de Angola e de Guiné-Bissau, ou, um pouco antes, do Canadá francês

e do Brasil recém-libertado, cada um deles diferente do outro. A situação que nos interessa aqui é aquela em que uma língua comum serve às duas comunidades envolvidas, a colonizadora e a colonizada: a ex-colônia, a despeito de haver conquistado a independência política, mantém a língua da metrópole como instrumento da comunicação oral cotidiana e como língua escrita da literatura e dos atos oficiais. Pois é essa a situação lingüística do Brasil, no início do século XIX, situação que se problematiza duplamente, isto é, do ângulo da língua coloquial e do ângulo da língua literária.

Em importante ensaio intitulado *Língua Portuguesa e Realidade Brasileira*, Celso Cunha analisa as condições culturais do Brasil colônia e assim resume a situação da língua oral:

“Daí a diglossia a acentuar-se progressivamente: de um lado a língua popular, entregue à sua sorte na boca de tantas e tão variadas comunidades de analfabetos que se espalhavam pela imensidão do Brasil; de outro, a língua dos doutores e dos padres, dos bacharéis bem falantes, mosaicos de fragmentos do passado literário que essa elite de ‘bons latinos’ aprendia em Coimbra, ou nas tradições portuguesas conservadas nos colégios dos jesuítas — ‘signum’ de superioridade cultural e, também, mais do que nunca, de distância social.”¹

Ora, não contando o Brasil com uma língua culta diferenciada da de Portugal, era natural que não contasse tampouco com uma língua literária própria, pois é sobre a base daquela que esta se estrutura. A produção escrita feita em terra brasileira obedecia à norma e ao estilo lusitanos. Reproduziam-se simplesmente os padrões temáticos e expressivos do classicismo português.

A instalação da corte no Brasil em 1808, com a transferência de bibliotecas e acervos artísticos, parece ter sido o primeiro fator de mudança cultural. Só a partir de 1808, três séculos após o descobrimento, surgem os primeiros cursos de nível superior no nosso sistema educacional, antes limitados aos estabelecimentos jesuítas de nível primário e médio. É também a partir de 1808 que se torna possível a editoração de livros no Brasil, graças à criação da Imprensa Régia.

Não há dúvida de que esses fatos determinariam mudanças tanto na produção quanto na recepção da coisa literária. Se pelo meio do século já era possível encontrar um escritor que aqui tivesse recebido a sua formação, também era possível que esse escritor encontrasse leitores aqui formados. O destinatário da literatura produzida em terras do Brasil já não seria apenas um público leitor de formação lusitana.

As mudanças sócio-culturais inauguradas com a vinda de Dom João VI tenderiam a acentuar-se com a conquista da autonomia política em 1822. Aos benefícios trazidos pelos cursos superiores, pela imprensa, por bibliotecas e museus, viria somar-se o estímulo ideológico: a independência política do Brasil deveria ter como corolário a independência cultural, na qual se integrava a própria independência literária.

Por outro lado, a estética do Romantismo, vigente no mundo ocidental,

¹ CUNHA, C. — *Língua portuguesa e realidade brasileira*, 2a. ed., Rio, Tempo Brasileiro, 1970, p. 20.

valorizava temas que vinham ao encontro do estado de espírito reinante no Brasil de então. Para ilustrar essa idéia, basta tomar alguns itens da estética romântica e aproximá-los de aspectos da vida brasileira:

- a busca de inspiração no passado nacional, uma das constantes do Romantismo, encontrava eco na necessidade de afirmação do novo país independente;
- a valorização do folclórico e do popular respondia ao desejo de transformar os padrões culturais, assimilando a contribuição dos segmentos marginalizados da sociedade;
- o mito do bom selvagem corroborava a idéia de que, dos componentes do nosso povo em formação, o melhor e o mais nobre não era o português, mas sim o índio;
- o culto da natureza só exigia do poeta que abrisse as janelas: lá estavam o mar, as montanhas, a floresta, formando um quadro romântico digno de Chateaubriand, embora não exótico para o escritor brasileiro;
- até a inspiração na Idade Média, obviamente improdutiva em termos de Brasil, tinha a vantagem de transportar-nos a uma época anterior ao descobrimento, quando tudo devia ser melhor (como convém à idealização romântica), pela simples razão de que não existia o português.

Não resta dúvida: o Romantismo encontrava aqui o seu clima ideal. Assim, graças à conjunção de episódios da história social e política do Brasil com fatos da literatura ocidental, os temas e motivos brasileiros se instalam em definitivo na nossa literatura quase ao fim da terceira década do século XIX. Não se quer com isso negar que tenham existido, antes do Romantismo, manifestações literárias inspiradas na terra. Apenas, essas manifestações mais ou menos isoladas, a que faltavam a continuidade e a organicidade que caracterizam uma literatura, além de uma linguagem adequada àquele referente brasileiro. Somente no século XIX é que se pode vislumbrar uma literatura brasileira incipiente, em busca ainda de uma linguagem própria, linguagem que atendesse, de um lado, à nova temática da terra e, de outro, à nova mentalidade do autor e do leitor, ambos influenciados pelo clima romântico.

Na verdade, o emissor e o destinatário da comunicação literária haviam mudado. Formados já no Brasil, escritor e público se identificavam na consciência da autonomia nacional. Aliás, se consultarmos José Veríssimo, um dos críticos do fim do século que mais se preocuparam com o contexto da literatura, veremos que, falando da primeira geração romântica, considerava a formação do escritor um dos fatores da mudança literária, nesta incluindo-se a mudança do próprio instrumento lingüístico:

“Ao contrário do que então se passava, a educação literária da maioria dos escritores dessa geração se fizera aqui mesmo. Por desgosto da Metrópole, entraram a abandonar-lhe a escola, até aí assídua e submissamente freqüentada. Falavam, pois, a língua que aqui se falava, e naturalmente a escreviam como a falavam, sem mais arremedo do casticismo reinol.”²

² VERÍSSIMO, J. - *História da Literatura Brasileira*, 5a. ed., Rio, José Olympio, 1969, p. 128.

E como seria essa língua que aqui se falava e escrevia? O próprio José Veríssimo atribui-lhe as seguintes características, que tentaremos comentar em outra parte deste trabalho:

“É outro boleio da frase, a construção mais direta, a inversão menos freqüente. Usam mais comumente dos tempos compostos dos verbos, à francesa ou à italiana. Refogem ao hábito clássico português de, nas suas orações de gerúndio começá-las por ele (sic)³. Colocam os pronomes oblíquos segundo lhes pede o falar do país e não conforme a prosódia portuguesa que entra então a ser aqui motivo de chufa e troça. Usam de extrema e até abusiva liberdade no colocá-lo. Dão maior extensão a certas preposições. À forma do modo finito seguido de um infinitivo com preposição, à maneira portuguesa, preferem a do infinito seguido de gerúndio. E propositadamente, ou propositalmente, como escrevem aqui segundo soa, empregam vocábulos de origem americana ou africana, já perfilhados pelo povo. Aceitam as deturpações ou modificações de sentido das formas castiças aqui popularmente operadas e começam a dar foros de literários a todos esses vocábulos ou dizeres, de fato lidimamente brasileiros e para nós vernáculos, por serem do povo que aqui se constituía em nação distinta e independente.”⁴

O tom não parece ser o da censura, o que de certo modo surpreende: sabe-se que José Veríssimo adotou, via de regra, uma posição tradicionalista em relação à língua literária brasileira. É verdade que se inclinaria, com o tempo, para a aceitação e a justificação das variantes brasileiras da língua oral. Mas à literatura reservaria sempre um papel de freio da evolução lingüística:

(. . .) “a literatura não deve esquecer que ela é, sobre o aspecto da expressão, uma força conservadora. Sem oferecer resistência caprichosa e desarrazoada à natural evolução da língua que lhe serve de instrumento, cumpre-lhe não se lhe submeter enquanto os seus resultados não tiverem a generalidade de fatos lingüísticos indisputáveis. A intromissão inoportuna da literatura nessa evolução, sobretudo para lhe aceitar indiscretamente todas as novidades inventadas como pretexto dela, não pode senão prejudicá-la naquilo que justamente é importante da sua existência, a sua faculdade de expressão.”⁵

Apesar de toda a atenção que dá José Veríssimo ao problema da língua literária, o que nesse particular o coloca em situação ímpar dentro da nossa crítica, alguns de suas posições são bastante discutíveis.

A começar pela última citação, parece hoje absurdo exigir ou esperar da escrita literária que somente se submeta à “natural evolução da língua” quando os re-

³ Creemos que, em vez de *começá-las por ele*, deveria estar: “começá-las por *em*”. Contudo, registramos a citação na forma que pudemos ler em todas as edições consultadas da obra, bem como em antologias.

⁴ VERÍSSIMO, J. – Op. cit., p. 128/129.

⁵ Id., *ibid.*, p. 129/130.

sultados da mudança forem já “fatos lingüísticos indisputáveis” e gerais. Onde ficaria, então, o escritor que renova o seu instrumento e que, por força de engenho e popularidade, acaba determinando ou acelerando mudanças lingüísticas? Onde estaria Camões, por exemplo? A língua literária não se reduziria, assim, ao papel de mero registro da língua oral?

Outro entretanto é o sentido dos dois primeiros trechos citados, referentes ambos à linguagem da primeira geração romântica. Após observar que tais autores abandonaram os modelos lusitanos e passaram a escrever como falavam, o crítico descreve brevemente a sua linguagem através de oito características. Cremos que os traços apontados poderiam agrupar-se em dois conjuntos, em função de seu caráter mais ou menos inovador.

De um lado, teríamos brasileirismos discutíveis, tais como:

- fuga ao “hábito clássico português” de começar as orações de gerúndio pela preposição em;
- colocação mais livre dos pronomes oblíquos;
- locuções verbais formadas de verbos em modo finito mais gerúndio, ficando o gerúndio no lugar do infinitivo preposicionado dos portugueses.

Ora, apesar de encontrarmos a repetição desses traços como características do português do Brasil em quase todas as descrições da língua, não cremos que eles constituam inovações brasileiras. Um levantamento em textos arcaicos e clássicos poderia mostrar-nos que pretensas inovações brasileiras não passam de persistência de um estado antigo, do qual o uso lusitano — não o nosso — se afastou.

De outro lado, encontraríamos características que, a nosso ver, repetem ou continuam tendências identificadas no latim vulgar ou em criações românicas posteriores, evidentemente com diferenças de resultado, explicáveis pela distância temporal e pela diversidade de contextos. São as seguintes:

- outro “boleio da frase”, construção mais direta, inversão menos frequente;
- uso mais comum dos tempos compostos dos verbos, à francesa ou à italiana;
- maior extensão no uso de certas preposições;
- emprego de vocábulos de origem americana ou africana;
- aceitação de “deturpações ou modificações de sentido das formas castiças aqui popularmente operadas”, isto é, alterações semânticas no léxico.

Como se vê, as três primeiras são manifestações morfo-sintáticas das tendências à simplificação e ao analitismo, as mesmas que presidiram às transformações do latim; a quarta engloba mudanças lexicais decorrentes de contactos lingüísticos (substratos e adstratos), fenômeno que se verificou também com o latim, quando a expansão romana o pôs em presença de outras línguas; e a última, já no plano semântico, é consequência de fenômenos psicológicos universais ou mesmo resultado da fantasia popular sobre a língua, coisas que ocorreram igualmente na matriz latina.

José Veríssimo não explicita a causa das mudanças que aponta. Estaria sugerindo, consciente ou inconscientemente, a permanência de certas tendências através dos tempos, a existência de uma direção constante nas mudanças lingüísticas — aquilo a que chamamos hoje deriva da língua? No caso afirmativo, em vir-

tude de que o faria? Teria procedido ao levantamento e confronto de fatos lingüísticos em textos portugueses e brasileiros? Ou estaria dando curso a uma impressão, derivada de apreensão intuitiva dos fenômenos? Ou repetiria, em termos de língua portuguesa, a ciência da época, relativa à evolução lingüística?

Após esses comentários e indagações sobre algumas idéias de José Veríssimo em relação à formação da língua literária brasileira no século XIX, tentaremos rever o problema, tanto quanto possível com base nos textos.

Só o exame dos próprios textos literários, numa tentativa de surpreender o processo de nacionalização do instrumento lingüístico, pode conduzir-nos a uma visão objetiva do problema. O êxito da tarefa condiciona-se, é claro, à superação de certas dificuldades conceituais e metodológicas. Antes de tudo, é necessário que se disponha de conceitos básicos precisos, tais como os de língua e fala (ou competência e desempenho), sistema e norma, estilo individual, estilo de época e estilo nacional, gênero e espécies literárias — conceitos que aqui não explicitaremos, na certeza de que são familiares a todos. Em seguida, a metodologia do estudo dos textos exigiria a constituição preliminar de um "corpus" vasto e complexo. Por exemplo, o ponto de partida seriam duplas de textos portugueses e brasileiros mais ou menos contemporâneos, nos quais se pudessem isolar, para confronto, todos os traços distintivos atribuíveis exclusivamente ao instrumento lingüístico utilizado. Ocorreu-me comparar, inicialmente, dois textos — um de Garrett, outro de Bernardo Guimarães — nos quais o objeto da descrição é o mesmo e aos quais caberia título idêntico: "A casa do vale".

"À esquerda do vale, e abrigado do norte pela montanha que ali se corta quase a pique, está um maciço de verdura do mais belo viço e variedade. A faia, o freixo, o álamo entrelaçam os ramos amigos; a madressilva, a mosqueta penduram de um a outro suas grinaldas e festões; a congossa, os fetos, a malva-rosa do valado vestem e alcatifam o chão.

Por mais realçar a beleza do quadro, vê-se por entre um claro das árvores a janela meia aberta de uma habitação antiga mas não dilapidada — com certo ar de conforto grosseiro, e carregada na cor pelo tempo e pelos vendavais do sul a que está exposta. A janela é larga e baixa: parece mais ornada e também mais antiga que o resto do edifício que todavia mal se vê". . .

Garrett, *Viagens na minha terra*, in *Obras de Almeida Garrett*, Porto Lello & Irmão, 1963, p. 49.

"Era um edifício de harmoniosas proporções, vasto e luxuoso, situado em aprazível vargado ao sopé de elevadas colinas cobertas de mata em parte devastada pelo machado do lavrador. (. . .) Quase não se via aí muro, cerca, nem valado; jardim, horta, pomar, pastagens e plantios circunvizinhos eram divididos por viçosas e verdejantes sebes de bambus, piteiras, espinheiros e gravatás, que davam ao todo o aspecto do mais aprazível e delicioso vergel.

A casa apresentava a frente às colinas. Entrava-se nela por um lindo alpendre todo enredado de flores trepadeiras, ao qual subia-se por uma escada de cantaria de seis a sete degraus. Os fundos eram ocupados por outros edifícios acessórios, senzalas, pátios, currais e celeiros, por trás dos quais se es-

tendia o jardim, a horta e um imenso pomar, que ia perder-se na barranca do grande rio”.

Bernardo Guimarães. *A escrava Isaura*. S. Paulo, Melhoramentos, s.d., p.7.

Como se vê, as relações entre o material lingüístico de um e de outro texto não são de oposição. As duas variantes nacionais da língua portuguesa acham-se aí muito próximas. Não se poderia distinguir o texto brasileiro do português nem pela estrutura da frase, nem pelos elementos gramaticais, nem pelo vocabulário fundamental. Apenas umas poucas palavras pertencentes a campos semânticos específicos nos permitem identificá-los: *a faia, o freixo, o álamo, a congossa, a mosqueta, a malva-rosa* nos lembram a flora portuguesa, enquanto os *bambus, as piteiras e os gravatás* nos remetem a plantas típicas do ambiente brasileiro, que acaba de definir-se, na última frase, pela alusão às *senzalas*. Ora, é sabido que os elementos do léxico têm um peso muito relativo para a identificação e classificação das línguas. Só alguns vocábulos fundamentais, além dos morfemas, demais instrumentos gramaticais e estruturas frásticas são relevantes para o estabelecimento de uma tipologia lingüística. E estes últimos não se diferenciam de forma significativa nos textos que acabamos de ver.

Uma das dificuldades desse tipo de trabalho é que muitas vezes não se pode afirmar se determinado fato é típico do estilo do autor, ou se pertence ao estilo de época, ou se constitui quase um chavão de determinado gênero. De modo que se corre o risco de atribuir às variantes lusitana ou brasileira da língua o que não passa de traço estilístico. Seria necessário estudar um número imenso de textos para a determinação estatística dos fatos e sua posterior análise, em função de um possível reconhecimento das duas grandes variedades do português.

Por outro lado, talvez as dificuldades se atenuassem graças ao longo contato com os textos, através de anos de estudo: a prática vai sedimentando em nós um relativo conhecimento dos diferentes estilos, cujos traços importa identificar, para que se veja o que pertence realmente à estrutura lingüística e ao tesouro vocabular comum, em oposição ao que é peculiar a um autor, a uma região ou a uma época.

Embora o exame direto dos textos não revele, no Romantismo, uma língua literária sistematicamente diferenciada da de Portugal, é nesse período que a maioria dos críticos têm visto a criação da literatura brasileira, ligando-a aos nomes de Gonçalves Dias e Alencar. Que pensaria o primeiro deles sobre a questão da língua?

Dispomos de poucos textos metalingüísticos do grande poeta. Uma “Carta ao Dr. Pedro Nunes Leal” figura na excelente antologia de textos críticos e teóricos sobre o português do Brasil, organizada por Edith Pimentel Pinto. Gonçalves Dias fala, aí, da expansão do vocabulário no Brasil graças aos termos indígenas e africanos; observa a formação de línguas especiais adequadas ao teor de vida de mineiros, vaqueiros, pescadores; e, numa pergunta retórica, desafia o romance brasileiro a recriar esses tipos e personagens, com a sua linguagem própria, que algum dia se tornará clássica e merecerá a atenção de “outro Moraes”. Resume afinal suas idéias em cinco itens, três dos quais nos parecem da mais alta importância:

- a) “A minha opinião é que, ainda sem o querer, havemos de modificar altamente o português”.

- b) “Que uma só coisa fica e deve ficar eternamente respeitada: a gramática e o gênio da língua”.
- c) “E que enfim o que é brasileiro é brasileiro, e que *cuia* virá a ser tão clássico como *porcelana*, ainda que não a achem tão bonita”.⁶

O interesse dos três itens reside na sua coerência com a linguagem poética do autor. Em Gonçalves Dias fica “respeitada a gramática e o gênio da língua”, a tal ponto que não faltou quem o considerasse um poeta português. Entretanto, como assinala Antônio Cândido, “a sua ligação mais visível com a sintaxe e o léxico de além-mar, é de importância secundária em face da sua funda apreensão da sensibilidade e do gosto brasileiros, já a essa altura diversos do português”.⁷ Ouça-se, por exemplo, a primeira estrofe de “A mangueira”:

“Já viste cousa mais bela
Do que uma bela mangueira,
E a doce fruta amarela,
Sorrindo entre as folhas dela,
E a leve copa altaneira?
Já viste cousa mais bela
Do que uma bela mangueira?”

Obras Poéticas de Gonçalves Dias, edição crítica de Manuel Bandeira.
S. Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1944, vol. II, p. 46

Há, nessa primeira estrofe do poema, além do significado, um tom difícil de definir que remete ao doméstico e ao nacional. Mas mesmo nos poemas em que uma epígrafe denota influência estrangeira, como ocorre na “Canção do Exílio”, Gonçalves Dias sabe encontrar o vocábulo típico, a sintaxe familiar e um jeito nosso de ver e sentir a natureza brasileira. Baste-nos a leitura, por economia de tempo, da primeira e da última estrofes do poema:

“Minha terra tem palmeiras,
Onde canta o Sabiá;
As aves, que aqui gorjeiam,
Não gorjeiam como lá.

.....
Não permita Deus que eu morra,
Sem que eu volte para lá;
Sem que desfrute os primores

⁶ *O português do Brasil, textos críticos e teóricos 1-1820/1920 - Fontes para a teoria e a história*. Seleção e apresentação de Edith Pimentel PINTO. São Paulo, EDUSP, 1978, p. 33/38.

⁷ CÂNDIDO, Antônio - *Formação da Literatura Brasileira (Momentos decisivos)*. São Paulo, Martins, 1959, 2o. vol., p. 88.

Que não encontro por cá;
 Sem qu'inda aviste as palmeiras
 Onde canta o Sabiá."

(Ibidem, vol. I, p. 21/22)

Na poesia indianista, os termos de origem indígena — *marabá, taba, embira, cauim, tacape*, — constituem um elemento de renovação da linguagem, que entretanto não a modificam no essencial. Os indigenismos integram-se naturalmente nos versos portugueses, a língua se enriquece, sem que a sua estrutura se altere.

Depois de Gonçalves Dias, a prosa de Alencar representa um passo mais largo na direção do abasileiramento da língua, de maneira a torná-la adequada ao significado brasileiro da obra. Entretanto, diferentemente de Gonçalves Dias, deixou-nos Alencar grande quantidade de textos metalingüísticos⁸, todos eles escritos de forma apaixonada e muitas vezes em descômpasso com a realização lingüística das obras propriamente literárias. Nestas, Alencar foi realmente um inovador, sobretudo em matéria de vocabulário. Mas, nos prefácios, pós-escritos e outros ensaios auto-críticos, as justificativas de suas inovações parecem ficar aquém do que realmente fez: eram justificativas "a posteriori", em tom polêmico, para responder a ataques vindos de intelectuais da época (José Feliciano de Castilho, Antônio Henriques Leal e Pinheiro Chagas), que censuravam nos seus romances "incorrções" de linguagem. E Alencar se defendia, invocando os clássicos, reagindo contra o purismo exagerado, reivindicando o direito do escritor de influir na evolução da língua, e prognosticando o nascimento da língua brasileira, que haveria de sair da portuguesa como esta saíra da latina. Os argumentos de Alencar mudam de texto para texto, segundo as necessidades de auto-defesa; ressalta, porém, do conjunto, certo senso lingüístico, a serviço de um constante ideal de nacionalização da língua literária. A já citada antologia organizada por Edith Pimentel Pinto é, a esse respeito, fonte hoje indispensável de consulta para quem queira conhecer o pensamento lingüístico do autor de *Iracema*.

Todavia, mais significativa do que a teoria de Alencar foi a sua realização lingüística. Conhecia ele os padrões clássicos portugueses, mas era avesso ao servilismo cultural. Além disso, homem de sua época, adotara da temática romântica o nacionalismo, o mito do bom selvagem, o culto à natureza — temas cuja novidade exigia uma expressão também nova e adequada. Tinha, pois, todas as qualidades e elementos para empreender a renovação do idioma, ajustando-o à expressão da

Alguns textos teóricos de Alencar se acham reunidos na edição de *Iracema* publicada pelo MEC/INL, com introdução, notas e apêndice de Gladstone Cheves de Melo. São os seguintes os textos de Alencar de maior interesse para o assunto:

- Notas de Alencar apenas à 1.ª edição de *Iracema* (1865);
- Cartas ao Dr. Jaguaribe, apenas à 1.ª edição de *Iracema* (1865);
- Pós-escrito à 2.ª edição de *Iracema* (1870);
- Pós-escrito à 2.ª edição de *Diva* (1868);
- Prefácio a *Sonhos d'ouro* (1872);
- Ensaio inacabado, publicado postumamente em 1919, na revista *América Latina*, sob o título "Questões filológicas" (1874);
- Ensaio "O nosso cancionero", publicado pela primeira vez em *O Globo*, em 1874.

alma romântica e da vida brasileira. Basta a leitura de um pequeno trecho de *Iracema* para que alguns de seus procedimentos lingüísticos mostrem a sua eficácia na constituição de um novo modo de narrar:

(A velhice de Batuireté)

“Poti saudou o amigo e falou assim:

— Antes que o pai de Jacaúna e Poti, o valente guerreiro Jatobá, mandasse sobre todos os guerreiros pitiguaras, o grande tacape da nação estava na destra de Batuireté, o maior chefe, pai de Jatobá. Foi ele que veio pelas praias do mar até o rio do jaguar e expulsou os tabajaras para dentro das terras, marcando a cada tribo seu lugar: depois entrou pelo sertão até a serra que tomou seu nome.

“Quando suas estrelas eram muitas, e tantas que seu camocim já não cabia as castanhas que marcavam o número, o corpo vergou para a terra, o braço endureceu como o galho do ubiratã que não verga; a luz dos olhos escureceu.

“Chamou então o guerreiro Jatobá e disse: — Filho, toma o tacape da nação pitiguara, Tupã não quer que Batuireté o leve mais à guerra, pois tirou a força de seu corpo, o movimento do seu braço e a luz de seus olhos. Mas Tupã foi bom para ele, pois lhe deu um filho como o guerreiro Jatobá.

.....

“Batuireté veio pelo caminho das garças até aquela serra que tu vês longe, e onde primeiro habitou. Lá no píncaro o velho guerreiro fez seu ninho alto como o gavião, para encher o resto de seus dias conversando com Tupã. Seu filho já dorme embaixo da terra e ele ainda na outra lua cismava na porta de sua cabana, esperando a noite que traz o grande sono. Todos os chefes pitiguaras, quando acordam à voz da guerra, vão pedir ao velho que lhes ensine a vencer, porque nenhum outro guerreiro jamais soube como ele combater. senão o grande sabedor da guerra, Maranguab”.

José de Alencar, *Iracema (Lenda do Ceará)*

Introdução, notas e apêndice de G. Chaves de Melo, Rio, MEC/INL, 1948, p. 87/88.

Como se vê, Alencar recorre a vocábulos de origem indígena (*tacape, pitiguara, tabajara, camocim*, etc.); forja comparações com base na natureza brasileira (*endureceu como o galho do ubiratã*); usa topônimos indígenas ou paráfrases que os traduzam (*rio do jaguar, caminho das garças*); emprega expressões ligadas à cultura dos índios (*suas estrelas eram muitas*, para dizer que estava muito velho; *na outra lua*, em vez de *no mês passado*; *a noite que traz o grande sono*, significando a morte).

Em outros textos, como os romances urbanos, a nacionalização da língua é menos evidente que nos romances indianistas, mas talvez seja mais profunda, porque vai além do estrato do léxico. Alencar, além de ressuscitar arcaísmos e usar brasileirismos semânticos, emprega imperativos coloquiais, coloca o pronome átono segundo às exigências do ritmo, usa de regências e construções que fogem à norma lusitana do seu tempo.

Não se pode pôr em dúvida que esse trabalho de renovação lingüística tenha sido intencional e consciente, após a leitura dos textos teóricos de Alencar. Veja-se, por exemplo, entre outros, este passo que se encontra em *O nosso cancionero*:

“Depois da Independência, senão antes, começamos a balbuciar a nossa literatura; pagamos como era natural o tributo à imitação, depois entramos a sentir em nós a alma brasileira, e vazá-la nos escritos, com a linguagem que aprendemos de nossos pais.”⁹

E já num tom pessoal marcado pela primeira pessoa, diz em “Bênção Paterna”, prefácio a *Sonhos d'Ouro*:

“Não alcançarão jamais que eu escreva neste meu Brasil coisa que pareça vinda em conserva lá da outra banda, como a fruta que nos mandam em lata.”¹⁰

Se outros românticos contribuam também para dotar a literatura brasileira de um instrumento lingüístico adequado — e é certo que o fizeram —, foi sobretudo pela incorporação na língua literária de traços típicos da língua oral. Em geral, o coloquialismo da expressão decorre de exigências temáticas, como nos poemas ligados à natureza agreste e à vida no campo. Seria o caso de “A flor de maracujá”, de Fagundes Varela, de que leremos algumas estrofes:

“Pelos rosas, pelos lírios,
Pelos abelhas, sinhá,
Pelos notas mais chorosas
Do canto do sabiá,
Pelo cálice de angústias
da flor do maracujá!

.....
Pelos tranças da mãe-d'água
Que junto da fonte está,
Pelos colibris que brincam
Nas alvas plumas do ubá,
Pelos cravos desenhados
Na flor do maracujá!

⁹ Apud PINTO, Edith Pimentel, *O Português do Brasil, textos críticos e teóricos*. São Paulo, EDUSP, 1978, p. 129.

Essa antologia contém 10 textos de Alencar, num total de quase uma centena de páginas — prova da constante preocupação do autor com o problema da língua.

¹⁰ Apud, PINTO, E.P. — Op. cit., p. 95

.....
 Por tudo o que o céu revela,
 Por tudo o que a terra dá,
 Eu te juro que minh'alma
 De tua alma escrava está! . . .
 Guarda contigo este emblema
 Da flor do maracujá!

.....
 Não se enojem teus ouvidos
 De tantas rimas em — a
 Mas ouve meus juramentos,
 Meus cantos ouve, sinhá!
 Te peço pelos mistérios,
 Da flor do maracujá!”

(*Poesias completas*, S. Paulo, Saraiva, 1956, p. 395/396)

Além de vocábulos ligados à natureza e à cultura da nossa terra, como *maracujá*, *sabiá*, *ubá*, *mãe-d'água*, são de notar no poema a forma brasileira *sinhá*, usada como vocativo, e a próclise do pronome átono no incio da oração (*Te peço*), fato este em que divergiriam as normas portuguesa e brasileira, no entender dos gramáticos.

Após essa análise sumária de fatos lingüísticos em uns poucos textos românticos, resta-nos tentar um balanço final da contribuição do Romantismo para a formação da língua literária brasileira. Outros também já o realizaram, sendo de justiça destacar o minucioso trabalho de Sílvia Elia, “A contribuição lingüística do Romantismo”¹¹. O que procuraremos fazer é uma síntese e, em alguns casos, uma reinterpretação dos fatos.

1. Mudanças fonológicas, evidentemente da língua oral, transparecem na literatura em verso, seja através da escansão, seja quando o vocábulo se acha em posições marcadas, com a da rima.

No exemplo seguinte, para conservar o metro da redondilha, é preciso escandir *admirar* à brasileira, como tetrassílabo:

“Grata estação dos amores
 Abrigo dos que o não têm,
 Deixa-me ouvir teus cantores,
 Admirar teus verdores”.

¹¹ ELIA, Sílvia — *Ensaio de Filologia e Lingüística*. Rio, Grifo/MEC, 1975, p.32/65.

(Gonçalves Dias, "A mangueira", in *Obras Completas*, ed. de M. Bandeira, II, p. 47)

Casimiro de Abreu rima *nus* com *azuis*, segundo a pronúncia carioca:

"Livre filho das montanhas,
Eu ia bem satisfeito,
De camisa aberta ao peito,
— Pés descalços, braços nus
Correndo pelas campinas
À roda das cachoeiras,
Atrás das asas ligeiras
Das borboletas azuis".

(Casimiro de Abreu, "Meus oito anos", col. Nossos Clássicos, Agir, p. 29)

2. São acolhidas em obras literárias mudanças morfofonêmicas, tais como as que ocorrem nos imperativos de 2a. pessoa, *faze, dize, traze*, onde a vogal final /-e/ sofreu apócope após consoante capaz de travar sílaba, ficando as formas alteradas para *faz, diz, traz*. O fenômeno se enquadra na deriva da língua, já se consolidou no uso oral de hoje, e tem precedentes em mudanças ocorridas no português moderno, como nas formas de indicativo de 3a. pessoa: *dize > diz; conduz > conduz*.

A exemplificação poderia ser farta, mas vamos limitá-la a três ocorrências:

"Ora diz-me: esses queixumes
Esses injustos ciúmes
não têm fim?"

(Casimiro de Abreu, "Cena Intima". Ed. Agir, p. 45)

— "Filha do Pajé, disse Caubi em voz baixa, conduz o estrangeiro à cabana".

(José de Alencar, *Iracema*, ed. cit., p. 40)

... diz-lhe donde vens"

(Sousândrade "O Guesa", VIII, Ed. Agir, p. 38)

3. O imperativo negativo da 2a. pessoa, em alguns textos da época, forma-se do indicativo e não do subjuntivo, como ocorre na língua coloquial, até hoje;

"Filha de Araquém, não assanha o jaguar"

(José de Alencar, *Iracema*, ed. cit., p. 28)

“Senhor de Iracema, ouve o rogo de tua escrava; não derrama o sangue do filho de Araquém”.

(José de Alencar, *Iracema*, ed. cit., p. 73)

4. A frase negativa que indica cessação de atividade, de estado ou de qualquer processo, como na fala brasileira, pode ser construída com “*não (verbo) mais*”, em vez de estruturar-se pelo modelo clássico “*já não (verbo)*”:

“Iracema não pode mais separar-se do estrangeiro”.

(José de Alencar, *Iracema*, ed. cit., p. 68)

A constituição de morfemas descontínuos, para exprimir a negação acrescida de outras noções, é fato que se encontra na sintaxe românica (francês *ne... pas*, *ne... point*, *ne... plus*). Também se documenta *não... mais* nos clássicos portugueses, com o sentido de “*nunca mais*”. Em Portugal, veio a estabelecer-se uma distinção semântica entre *já não (verbo)* e *não (verbo) mais*, distinção que não é rigorosamente observada no Brasil. A língua literária brasileira usa *não... mais*, ao lado de *já não*, para exprimir, em ambos os casos, a cessação do processo.

5. O pronome pessoal complemento, chamado átono nas nossas gramáticas, pode tornar-se tônico na pronúncia brasileira, deixando portanto de ser clítico. Daí que a sua colocação se faça à revelia das normas gramaticais escritas, obedecendo, naturalmente, à sua autonomia fonética e às exigências do ritmo frasal. A mudança sintática é, pois, conseqüência de uma mudança prosódica, que as gramáticas normativas não deveriam ignorar. Apesar da variedade de casos, restringiremos a exemplificação à próclise no início de oração, isto é, após pausa forte:

Quem eu amo, te digo, está longe.

(*Fagundes Varela*, “Ideal”, Ed. Agir., p. 27)

“Me interrogaste / em nome do Senhor.”

(*Fagundes Varela*, “Lázaro”, Ed. Agir, p. 85)

“Te hei visto sempre, noiva, que a doçura / dela tens”

(*Sousândrade*, “O Guesa”, VIII, Ed. Agir, p. 35)

“Que seriam aqueles? Lhes gritávamos:

Socorro! dos infernos em que estávamos”

(*Sousândrade*, “O Guesa”, VIII, Agir, p. 39)

“Nas esferas da luz ondeiam palmas;

S’eleva o oceano do derredor murmuro”

(*Sousândrade*, “O Guesa”, VIII, Agir, p. 46)

O problema da colocação do pronome átono é bem mais complexo do que

aparece nas gramáticas. Também não se resume numa oposição simplificada entre uso português e uso brasileiro, como se coloca em estudos mais modernos. A próclise inicial, por exemplo, encontra-se em autores portugueses de várias épocas, como Camões e Miguel Torga, para citar apenas dois:

“Agora tu, Calfope, me ensina
O que contou ao Rei o ilustre Gama;”
(Camões, *Lusíadas*, III, 1)

“Aqui, diante de mim,
eu, pecador, me confesso
de ser assim como sou.
Me confesso o bom e o mau
que vão ao leme da nau
nesta deriva em que vou.”

(Miguel Torga, “Livro de Horas”, in *O outro livro de Job*, Coimbra, 1951, p. 83)

É interessante notar que o fenômeno da próclise inicial se repete, no poema de Miguel Torga, por nove vezes. O fato de tal uso poder ser encontrado também em textos anteriores a Camões comprova a sua antiguidade na língua. O português do Brasil parece apenas ter conservado aquilo que a língua da metrópole passou a evitar, na maioria das vezes.

6. Idêntica observação se poderia fazer em relação às “locuções verbais” construídas com um verbo em forma finita mais gerúndio, as quais constituem um pretense brasileiro, diante das “locuções” portuguesas correspondentes, formadas com *verbo + preposição “a” + infinitivo*. Segundo Bertil Maler¹², a construção de infinitivo deve ter começado a avançar no português do século XVI e só obteve vitória sobre a construção com gerúndio, no século XIX, ainda assim apenas com os “auxiliares” *estar* e *andar*. É uma inovação tardia, vinda da língua oral, mas que o uso trazido pelos primeiros colonizadores não havia ainda incorporado. Note-se que, em Camões, assim como em Vieira e outros autores clássicos, é ainda o gerúndio que predomina:

¹² Devo ao Prof. Isaac Nicolau Salum, da USP, a indicação do trabalho de Bertil Maler, que me passara despercebido. Publicado inicialmente em *Stockholm Studies in Modern Philology*, N. S., no. 4, 1972, foi o artigo republicado em *Littera*, no. 15, Ano VI, 1976. O Prof. Salum, em substanciosa resenha, resume o artigo e o comenta, acrescentando-lhe várias contribuições relativas às perifrases estudadas por Maler. Transcrevo parcialmente a conclusão da resenha:

“Para concluir, lembro que o uso do gerúndio nesses casos que nos ocuparam é um dos famosos “brasileirismos”, que distinguem nossa sintaxe da portuguesa. Alguns dos outros famosos ou famigerados “brasileirismos”, como já se tem demonstrado, representam arcaísmos da fala brasileira. Pois este também é um traço conservador da nossa fala.” (Salum, I.N. — “Trabalhos de Bertil Maler”, in *Língua e Literatura*, no. 3. São Paulo, USP, 1974).

“E por mandado seu buscando andamos
A terra oriental que o Indo rega”
(Camões, *Lusíadas*, I, 52)

“Andavam folgando em um rio de Itália dez meninos”
(Vieira, *Sermões*, Porto, Chardron, 1909, 7o., p. 214)

O uso do gerúndio em vez do infinitivo preposicionado predomina na língua literária brasileira do século XIX, tanto em locuções como na função de núcleo de oração subordinada:

“Stava ele olhando o vespéral centelha”
(*Sousândrade*, “O Guesa”, XI, p. 56)

“Vai o Inca lavrando.”
(*Sousândrade*, “O Guesa”, XI, p. 57)

“A esse monte subia o cristão e lá ficava cismando em seu destino.”
(Alencar, *Iracema*, ed. cit., p. 109)

7. O uso de formas retas do pronome, em vez de oblíquas, na função de sujeito do infinitivo, ainda é muito raro na literatura brasileira do século XIX. A sintaxe latina do “acusativo com infinito” continuou nas línguas românticas, substituindo-se, evidentemente, o acusativo pela forma oblíqua do pronome. Entretanto, o português oral do Brasil ignora essa construção. O que se usa é o pronome-sujeito (forma reta), sintaxe que quase ainda não se encontra na escrita romântica, mas que ganhará terreno na língua literária do século XX, a partir do Modernismo. Citarei um exemplo, que tomo a Sílvia Elia, em “A contribuição lingüística do Romantismo”:

“Deixa eu dormir no teu seio”
(Casimiro de Abreu, apud Sílvia Elia, op. cit. p. 75)

8. Também o emprego impessoal de *ter*, no lugar de *haver*, não entrou no uso literário brasileiro do Romantismo. Será preciso aguardar o Modernismo para ver a incorporação de tal coloquialismo na língua literária. O exemplo seguinte encontra-se no citado trabalho de Sílvia Elia. Ocorre num diálogo (situação narrativa em que a reprodução da fala da personagem é dever mínimo da fidelidade do autor aos compromissos do narrador), o que comprova a já existência desse emprego na língua coloquial do século XIX:

“— Esta madrugada, quando o galo cantar a segunda
vez, todos a cavalo. Ouviu, Corrimboque?
— Não tem dúvida, Sr. Onofre”.

(Alencar, apud Sílvia Elia, op. cit., p. 78)

9. Embora muito raro, também já aparece em textos do século XIX o uso da preposição *em* para exprimir o termo do movimento:

“Sentia-se Menezes chegado tarde na sociedade brasileira”

(M.A. de Almeida, *Memórias de um Sargento de Milícias*)

Trata-se de coloquialismo que será mais tarde absorvido pela língua literária do Modernismo. Encontra-se em textos arcaicos portugueses e, se relacionado com o emprego latino de *in* regendo acusativo para exprimir o termo do movimento, justifica-se pela deriva da língua. A sintaxe arcaica trazida pelos descobridores teria continuado o seu curso no português do Brasil, enquanto a língua clássica adotaria outra regência, afastando-se da deriva — ou melhor, criando outra deriva — e generalizando o novo uso, com a preposição *a* ou *para*, na modalidade escrita da língua culta.

10. No plano lexical a linguagem dos românticos inaugura e estende o uso de:

- a) tupinismos, principalmente relativos à fauna e à flora brasileiras, a utensílios e artefactos, a mitos, crenças e modos de vida indígenas:

graúna, jibóia, jurema, carnaúba; igaçaba, camocim; anhangá, tupã; pocema, cauim, pajé.

- b) traduções de tupinismo (decalques);

caminho das garças (Acarape); folha escura (capixuna, ‘murta’); baía dos papagaios (Jeriquaquara); senhor dos caminhos (piguara, ‘guia’);

- c) africanismos:

senzala, moleque, quitanda, cafuné;

- d) criações vernáculas:

vaquejada, frolar;

- e) brasileiros semânticos:

cerrado, pitar, cabra, gerais, aboiar;

- f) expressões e locuções da língua coloquial:

passar a perna a (em) alguém, ‘lograr, lesar’; fazer caso de, ‘dar atenção a’; casar moça (mais moça), ‘casar jovem’.

Não incluímos aqui os empréstimos franceses, porque não os consideramos típicos do português Brasil. O fenómeno da influência francesa atingiu toda a cultura do Ocidente e do Próximo e Médio Oriente, no século XIX. Para prová-lo em Portugal, bastaria fazer o levantamento dos galicismos de Éça de Queirós.

Como se vê, algumas das inovações apontadas como brasileiras ou são arcaís-

mos ou resultam da própria deriva da língua. Representam a continuação de tendências do português transplantado para o Brasil à época dos descobrimentos, que se conservaram na língua oral comum ou em variedades regionais do interior. Incorporando-as, o Romantismo rompia com o presente e com o passado próximo da língua literária de Portugal. Mas reencontrava as raízes num passado português remoto.

Além de arcaísmos sintáticos rejuvenescidos e da realização de tendências estruturais pertencentes à diacronia da língua, encontram-se verdadeiras inovações no domínio lexical, estas devidas sobretudo ao contacto com outras línguas, dentre as quais ajudam inicialmente as línguas indígenas e depois as africanas.

A essa onda da renovação romântica seguir-se-á uma onda de purismo. As estéticas parnasiano-realista e simbolista tentarão reaproximar a língua literária do padrão português, sem entretanto afastar a influência da língua coloquial, pelo menos na narrativa dialogada. O próprio Machado de Assis, modelo de equilíbrio entre o clássico e o moderno, na construção de diálogos principalmente, recorre a coloquialismos. Nas *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, põe na boca de um negro alforriado a seguinte fala:

—“É um vadio e seu bêbado muito grande. Ainda hoje deixei ele na quitanda, em quanto eu ia lá embaixo na cidade, e ele deixou a quitanda para ir na venda beber.”

(Machado de Assis, *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, LXVIII, ed. MEC/INL, 1960, p. 212)

Pelo seu equilíbrio entre o clássico e o moderno, Machado depura o nacionalismo lingüístico instaurado por Alencar, apara-lhe os excessos e realiza, na prosa brasileira, o ideal clássico do bom gosto. A sua língua clara e polida reflete, segundo Mário Casassanta, a linguagem brasileira média do seu meio e do seu tempo¹³.

Ao entrar o século XX, pode-se dizer que a elaboração estética empreendida pelos românticos para criar uma literatura brasileira, somada ao esforço reflexivo de alguns críticos, havia determinado mudanças no instrumento lingüístico. Suas inovações, reais ou pretensas, iniciam uma evolução da escrita brasileira que o Modernismo viria acelerar ou realizar plenamente.

Nem por isso, entretanto, se pode falar de uma língua brasileira, na literatura do século XIX. Pois, por mais ousadas que possam parecer algumas inovações, nenhuma atinge o sistema lingüístico: não se criam morfemas novos, os paradigmas gramaticais permanecem os mesmos. Apenas se altera a norma e se enriquece o vocabulário. Ora, sabe-se que qualquer língua natural comporta uma pluralidade de normas para a realização de um mesmo sistema. E sabe-se também que o componente lexical não é significativo para a classificação de uma língua. Portanto, uma mudança de norma na linguagem literária e a incorporação de vocábulos, em qualquer percentagem que seja, não são suficientes para a identificação de uma nova língua. A língua, como sistema, permanece a mesma, embora enriquecida com um novo uso.

Esse é, aliás, em outros termos, o sentido do ensaio machadiano ‘Instinto de

¹³ CASASSANTA, Mário — *Machado de Assis, escritor nacional*. Rio, 1939, p. 70.

nacionalidade”, uma das páginas mais importantes da história de nossa crítica. Machado é o “homem do seu tempo e do seu país”, talvez o mais brasileiro dos nossos escritores. Nele o nacionalismo deixa de ser epidêmico, para tomar-se modo de sentir. É ao próprio texto “Instinto de nacionalidade”¹⁴ que gostaríamos de remeter os que tiveram a paciência de acompanhar até o fim este modesto panorama do problema da língua literária no século XIX. Ninguém melhor do que Machado de Assis para falar da língua literária de seu tempo.

BIBLIOGRAFIA TEÓRICA

- CUNHA, Celso. *Língua portuguesa e realidade brasileira*, 2a. ed., Rio, Tempo Brasileiro, 1970.
- ELIA, Sílvio. A contribuição lingüística do Romantismo. In: *Ensaio de Filologia e Lingüística*. Rio, Grifo/MEC, 1975.
- LIMA SOBRINHO, Barbosa. *A língua portuguesa e a unidade do Brasil*. Rio, José Olympio, 1958, (cap. VIII, IX, X).
- MELO, Gladstone Chaves de. *Alencar e a “língua brasileira”*, 3a. ed., Rio, Conselho Federal de Cultura, 1972.
- PINTO, Edith Fimentel. “Introdução”. In: *O português do Brasil. Textos críticos e teóricos*. 1-1820/1920. São Paulo, EDUSP, 1978.
- SILVA NETO, Serafim. “Duas palavras sobre a língua literária”. In: *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*.
- VERÍSSIMO, José. *História da Literatura Brasileira*, 5a. ed., Rio, José Olympio, 1969.

¹⁴ O texto se encontra no volume *Crítica literária*. Cotejado e revisto, pode-se ler na seleção de José Aderaldo Castello, em *Machado de Assis - Crítica*, Coleção Nossos Clássicos, Agir.